



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Rua Getúlio Vargas, 64, Centro, Nossa Senhora das Dores/SE – (79) 3265-1322 – CNPJ Nº  
13.094.446/0001-74 – CEP 49.600-000

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2024  
JUSTIFICATIVA**

(art. 72, da Lei nº 14.133/2021)

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**, vem justificar a inexigibilidade de licitação objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR ANTONIO O CLONE, PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO DENOMINADO: FESTA DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DA BOA HORA DO POVOADO GADO BRAVO SUL A SER REALIZADO NO DIA 17 DO MÊS DE AGOSTO DE 2024, NESTE MUNICÍPIO**, sendo a empresa **ANTONIO ALMEIDA SANTOS – CNPJ Nº 40.313.829/0001-69**, da qual intermediará o show da referida banda, cujo a apresentação correrá durante o Evento denominado: **FESTA DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DA BOA HORA DO POVOADO GADO BRAVO SUL A SER REALIZADO NO DIA 17 DO MÊS DE AGOSTO DE 2024, NESTE MUNICÍPIO**, com duração mínima de 02:00 (duas horas) do show, em conformidade com o art. 72, incisos VI c/c art. 74, II, ambos da Lei nº 14.133/2021, e de acordo com os motivos adiante expostos:

**01 – RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO (Art. 72, VI da Lei nº 14.133/2021):**

A justificativa de inexigibilidade nessa hipótese é pela inviabilidade de competição, pois não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, supedâneo fático para a realização do procedimento licitatório, além desse requisito, justifica-se também a consagração do(a) artista/banda pelo público local e regional, bem como ao fato dos preços propostos para apresentação do(a) artista/banda estarem compatíveis com os praticados no mercado.

**O art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 assim dispõe:**

*Art. 74. É inexigível a licitação quando **inviável a competição**, em especial nos casos de:*



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Rua Getúlio Vargas, 64, Centro, Nossa Senhora das Dores/SE – (79) 3265-1322 – CNPJ Nº  
13.094.446/0001-74 – CEP 49.600-000

*II – contratação de profissional do setor artístico, **diretamente ou por meio de empresário exclusivo**, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.*

Mesmo sendo inviável a competição, o administrador público não está inteiramente livre para a contratação, é preciso a observância de determinados requisitos legais, do qual deverá ser fundamentado e comprovado em um processo de inexigibilidade.

Assim, pela redação dada pela Lei nº 14.133/2021, para a contratação de profissional do setor artístico é preciso a formalização do respectivo processo para a aferição e comprovação das exigências, quais sejam:

- 1) Contrato deve ser firmado pelo **próprio contratado** ou por meio de empresário exclusivo;
- 2) **Consagração do(a) artista/banda** pela crítica especializada ou pela opinião pública deve estar devidamente demonstrada nos autos da inexigibilidade;
- 3) **Razão da escolha do profissional** do setor artístico;
- 4) **Justificativa do preço.**

Em observância a esses requisitos impostos por lei, a administração não se esquivou dessa obrigação, tendo em vista que todos os requisitos foram cumpridos, sendo demonstrados nos autos do processo e nessa justificativa de inexigibilidade com todos os fundamentos legais trazidos pela doutrina e jurisprudência, vejamos:

### **1. Da Exclusividade**

O Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 351/2015 – 2º Câmara, determinou que é necessária: *“a apresentação do contrato de exclusividade entre os artistas e o empresário contratado para caracterizar a hipótese de inexigibilidade de licitação (...) de modo que simples autorizações ou cartas de exclusividade não se prestam a comprovar a inviabilidade da competição, pois não retratam uma representação privativa para qualquer evento em que o profissional for convocado”*

Portanto, em cumprimento as determinações da jurisprudência, assim como ao art. 74, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, do qual se refere expressamente à contratação de profissional de setor artístico **diretamente com o próprio**



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Rua Getúlio Vargas, 64, Centro, Nossa Senhora das Dores/SE – (79) 3265-1322 – CNPJ Nº  
13.094.446/0001-74 – CEP 49.600-000

**artista/banda** ou por meio de seu empresário exclusivo que é aquele que gerencia o(a) artista ou banda de forma permanente e direta, a empresa **ANTONIO ALMEIDA SANTOS – CNPJ Nº 40.313.829/0001-69**, comprovou deter a exclusividade de forma direta para comercializar os shows do **CANTOR ANTONIO O CLONE** preterida pela população do município de Nossa Senhora das Dores e região, apresentando a esta Administração Municipal, conforme consta, na documentação apresentada, da qual comprova que a empresa é o empresário exclusivo do **CANTOR ANTONIO O CLONE** sendo reputado assim, como “Empresário Exclusivo Contratado”.

A documentação apresentada pela empresa demonstra claramente que a mesma é a empresária exclusiva do(a) artista/banda, tendo em vista que os mesmos assim a declararam, sendo essa exclusividade permanente e direta, e não temporária, ou seja, não estando limitada apenas aos dias do evento e para um determinado município, sendo, portanto, inviável a competição por meio de um processo licitatório, porquanto que somente com esta empresa poderá ocorrer a contratação, pois nenhuma outra empresa do ramo de produção e comercialização de shows artísticos detém a exclusividade desse artista/banda.

## **2. Da razão da escolha do(a) artista/banda**

A razão da escolha do **CANTOR ANTONIO O CLONE**, se deu pelo fato de ser um artista/banda reconhecido(a) em todo território sergipano, que canta canções nos ritmos forró e arrocha.

Devemos, ainda, encarar a questão da pretendida escolha em dois pontos básicos e cruciais: ser estabelecida exclusivamente à luz do interesse público e visar à realização do bem comum. E, assim, podemos constatar, hialinamente, que ambos se fazem presentes no objeto da contratação, pois o fim ao qual se destina a contratação, qual seja a realização de um show dessa magnitude, com profissional desse quilate, em comemoração ao tradicional evento denominado: **FESTA DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DA BOA HORA DO POVOADO GADO BRAVO SUL**, possui, inegavelmente, interesse público, haja vista enraizada na cultura da população desta localidade.



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Rua Getúlio Vargas, 64, Centro, Nossa Senhora das Dores/SE – (79) 3265-1322 – CNPJ Nº  
13.094.446/0001-74 – CEP 49.600-000

### **3. Da consagração do(a) artista/banda**

Apurando os fatos trazidos nos autos do processo, observamos que o **CANTOR ANTONIO O CLONE**, é conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, estando devidamente comprovada a consagração do(a) artista/banda pelo público local e regional, mediante a juntada de noticiários de jornais demonstrando contratações pretéritas desses artistas, CD's gravados, folders e cartazes que anunciam a apresentação do(a) artista/banda em eventos festivos da mesma natureza do evento a ser realizado pelo município de Nossa Senhora das Dores, estando os mesmos anexados nos autos desse processo de inexigibilidade.

Os ilustres juristas **BENEDICTO DE TOLOSA FILHO e LUCIANO MASSAO SAITO**, em sua obra denominada "**Manual de Licitações e Contratos Administrativos**", ensina que:

*"A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular.*

*O artista tem que ser conhecido, mas não precisa, necessariamente ser excepcional.*

*Com a grande extensão territorial e o regionalismo de cultura existente no Brasil, com o afloramento regionalizado de tradições e de folclore, o conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, isto é, um artista muito popular no norte pode não ser conhecido no sul, sendo, assim, na sua região a licitação é inexigível".*

Com base na pesquisa de preços, detectamos que o valor proposto pela empresa **ANTONIO ALMEIDA SANTOS – CNPJ Nº 40.313.829/0001-69** de **R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)** para uma apresentação em praça pública, no dia e período de realização do evento no município de Nossa Senhora das Dores é razoável não só por que atende as condições financeiras da administração como também pela propriedade dos shows que são apresentados pelas bandas e, pelo grau de especialização decorrente da reputação profissional, experiência e conhecimentos





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**

Rua Getúlio Vargas, 64, Centro, Nossa Senhora das Dores/SE – (79) 3265-1322 – CNPJ Nº  
13.094.446/0001-74 – CEP 49.600-000

compatíveis com a dimensão e complexidade dos serviços objeto da contratação direta da empresa que intermédia a comercialização e produção dos shows.

As despesas decorrentes para contratação serão por conta da seguinte classificação orçamentária:

U.O.: 02014 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE  
AÇÃO: 13.122.1028.6373 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA,  
ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE  
ELEMENTO DA DESPESA: 33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA  
JURÍDICA  
FONTE DE RECURSO: 15000000 RECURSOS ORDINÁRIOS

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**, neste ato representada por seu Secretário Municipal, pelo acatamento da notória especialização e, no mesmo diapasão se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a inexigência do prévio processo licitatório, ex vi do Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021. Assim, encaminha-se o processo ao Departamento de Licitação e Contratos visando a elaboração da minuta contratual e análise da Assessoria Jurídica e técnica para posterior autorização do Exmo. Sr. Prefeito para os fins do disposto no art. 72, inciso VIII, § único da Lei nº 14.133/2021.

Nossa Senhora das Dores/SE, 12 de agosto de 2024.

  
**VALMIR PEREIRA SANTOS**  
Secretário de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude